



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

### SENTENÇA

Processo nº: **1005355-03.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel**  
 Requerente: **Marco Antonio da Silva**  
 Requerido: **Angrey Rodrigues de Lima**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

MARCO ANTONIO DA SILVA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Despejo Por Falta de Pagamento em face de Angrey Rodrigues de Lima, também qualificados, alegando tenha locado ao requerido o imóvel residencial situado na rua Ezilia Buonodono Moco, 41-A, Cidade Aracy, São Carlos, pelo prazo de 36 meses, com aluguel de R\$598,70, estando o réu em atraso no pagamento dos aluguéis e encargos desde abril de 2015, totalizando dívida de R\$1.847,23 na data da propositura da ação, de modo que reclama rescisão do contrato de locação, a decretação do despejo e a condenação dos réus ao pagamento da sucumbência.

O réu, citado pessoalmente, não contestou o pedido.

É o relatório.

DECIDO.

Não tendo o réu respondido ao pedido, presumem-se verdadeiros os fatos narrados na inicial, notadamente a mora no pagamento de aluguéis e encargos, de modo que é de rigor a procedência da ação para declarar rescindido o contrato e para decretação do despejo, com prazo de quinze (15) dias para desocupação do imóvel.

Sucumbindo, arcará o réu com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% do valor da causa, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que DECLARO rescindido o contrato de aluguel firmado entre o autor MARCO ANTONIO DA SILVA e o réu ANGREY RODRIGUES DE LIMA, e DECRETO O DESPEJO para que a réu ANGREY RODRIGUES DE LIMA restitua ao autor MARCO ANTONIO DA SILVA, no prazo de quinze (15) dias, o imóvel residencial situado na rua Ezilia Buonodono Moco, 41-A, Cidade Aracy, desta cidade de São Carlos/SP, sob pena de despejo coercitivo; e CONDENO o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% do valor da condenação, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 18 de setembro de 2015.

**VILSON PALARO JÚNIOR**  
 Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

**1005355-03.2015.8.26.0566 - lauda 1**